

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/16852</b>	<b>22939/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DECS - DCSS [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Considerando que:

- a) A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem#Abrigo 2025/2030 (NOVA ENIPSSA 2025-2030) foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro, publicado no Diário da República n.º 252, série I, de 30 de dezembro;
- b) O modelo de intervenção a utilizar na implementação da NOVA ENIPSSA 2025/2030 assenta na centralidade da Pessoa, requer uma perspetiva interdisciplinar e deve basear-se em estruturas comunitárias de proximidade e deve estar “alinhado com os objetivos nacionais e locais dos territórios, bem como a adequação operativa entre as diversas políticas públicas, da saúde, habitação, emprego, proteção social, a nível central, regional e local” tal como referido no anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro;
- c) A implementação da NOVA ENIPSSA 2025/2030 se desenvolve em três eixos estratégicos: A identificação, prevenção e minimização dos fatores de risco associados ao fenómeno da situação de sem-abrigo; A promoção da inclusão social e capacitação para uma cidadania plena; A monitorização, avaliação e inovação nas políticas públicas de combate ao fenómeno, nos termos da Parte C do anexo I à Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro;
- d) Os Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) deverão ser criados, sempre que a dimensão do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo o justifique,



no âmbito dos CLAS ou plataformas supraconcelhias e devem ser organizados e geridos de acordo com o definido nos pontos 18, 19 e 20 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro. Em Braga foi criado no ano de 2009;

e) Nos termos do previsto na parte C do anexo I à Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro, são objetivos gerais, do Eixo Estratégico n.º 1, 1 - *Identificar e prevenir a entrada na situação de sem-abrigo*; do Eixo Estratégico n.º 2, 1 - *Garantir o acesso a serviços de apoio especializados promovendo a igualdade e combatendo a discriminação*; do Eixo Estratégico n.º 3, 1 - *Implementar um sistema de governação multilateral orientado para a monitorização e avaliação do impacto das políticas públicas no combate ao fenómeno*;

f) No âmbito do Objetivo Geral 1 do Eixo Estratégico n.º 1, foram indicados, os seguintes objetivos específicos: 1.1 - *Desenvolver abordagens setoriais e locais de identificação precoce dos fatores de risco e a monitorização regular de situações de vulnerabilidade social e habitacional*; 1.2 - *Garantir mecanismos interinstitucionais de monitorização e de avaliação para evitar o retorno à situação de sem-abrigo*; 1.3 - *Promover o trabalho colaborativo, articulado e em rede das entidades e parcerias locais*;

g) O Objetivo Geral 1 do Eixo Estratégico n.º 2, por sua vez, estabelece, entre outros objetivos específicos: 1.1 - *garantir mecanismos de referênciação, encaminhamento e apoio e de intervenção interinstitucional, céleres e eficazes, priorizando a dignidade e segurança*;

h) No âmbito do Objetivo Geral 1 do Eixo Estratégico n.º 3, encontra-se previsto o Objetivo Específico 1.3 - *Assegurar a monitorização e avaliação e promover a criação, interoperabilidade e articulação entre sistemas de informação das entidades envolvidas*;

i) O Plano de Ação da NOVA ENIPSSA, para o biénio 2025/2026, que consta do anexo II à Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro, estabeleceu como ação a desenvolver, no âmbito dos referidos objetivos estratégicos, a implementação do sistema de informação (SI) da ENIPSSA e utilização por todos os NPISA;

j) Se torna necessário rever o protocolo de parceria antes assinado, por força da publicação da nova Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo - período 2025/2030.

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Submete-se proposta no sentido de o Executivo Municipal deliberar aprovar a minuta de Protocolo de Parceria do Núcleo Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Braga (NPISA de Braga), no âmbito da Rede Social de Braga.

## DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## PROTOCOLO DE PARCERIA

Entre

**MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva nº 506901173, doravante designada por Município, com sede na Praça do Município, cidade de Braga, neste ato representado por Ricardo Rio, na qualidade de Presidente do Município.

E

**BRAGAHABIT - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA, E.M.**, doravante designada por Bragahabit, pessoa coletiva n.º 504537784, com sede R. Dom Paio Mendes 51, cidade de Braga, neste ato representada por Carlos Alberto da Fonte Videira, na qualidade de Administrador Executivo.

E

**CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE BRAGA**, doravante designada por CAB, pessoa coletiva nº 501438394 com sede em Braga, rua dos falcões, nº19, 4700-316, neste ato representado por João da Costa Nogueira, na qualidade de Presidente.

E

**CENTRO DE ACOLHIMENTO E FORMAÇÃO JOVENS EM CAMINHADA**, doravante designado por CAFJEC, pessoa coletiva nº 502026707, com sede na Rua S. João, nº 3, cidade de Braga, neste ato representado por José Manuel Ferraz Alves, na qualidade de Vice- Presidente da Direção.

E

**CENTRO DE SOLIDARIEDADE DE BRAGA / PROJECTO HOMEM**, doravante designado por CSB/PH, pessoa coletiva nº 502654201, com sede na Rua do Alcaide nº 29/31, cidade de Braga, neste ato representado por Guilherme Meneses, na qualidade de Presidente da Direção.

E

**CENTRO DISTRITAL DE SEGURANÇA SOCIAL DE BRAGA**, doravante designado como CDSS de Braga, pessoa coletiva n.º 505 305 500, com sede na Praça da Justiça, cidade de Braga, neste ato representado por João Ferreira, na qualidade de Diretor do CDSS de Braga;

E

**CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DE BRAGA**, doravante designada como CVP Delegação de Braga, pessoa coletiva nº 500 745 749, com sede na Rua Bernardo Sequeira n.º 247, cidade de Braga, neste ato representado por Júlio Manuel Faceira Guedes, na qualidade de Presidente da delegação de Braga.

E



**INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.**, pessoa coletiva de direito público, n.º 501442600, com sede na Rua de Xabregas, 52, em Lisboa, para prossecução das atribuições definidas no art.º 3, do Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho, representado neste ato por César Ferreira, Delegado Regional do Norte, ao abrigo da designação, em comissão de serviço, através do Despacho n.º 3520/2025, de 20 de março, publicado na 2.ª série do Diário da República.

E

**INSTITUTO PARA OS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E AS DEPENDÊNCIAS, I.P.**, doravante designado por ICAD, com NIF 517839539, com sede na Alameda das Linhas das Torres, Edifício ICAD, n.º 117, 1750-141 Lisboa, neste ato representado por Maria João Rafael Santos, na qualidade de Coordenadora do Centro de Respostas Integradas (CRI) de Braga.

E

**POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**, doravante designada por PSP, pessoa coletiva n.º 600 006 662, com sede no Largo da Penha de França, n.º 1, cidade de Lisboa, neste ato representado por Sérgio Soares, na qualidade de Comandante Distrital em Suplência, Intendente.

E

**UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE BRAGA, E.P.E.**, doravante designada por ULNB, pessoa coletiva n.º 515545180, com sede em Sete Fontes - S. Victor, cidade de Braga, neste ato representada por Américo Afonso, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração.

Considerando que

- a) A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025/2030 (NOVA ENIPSSA 2025-2030) foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro, publicado no Diário da República n.º 252, série I, de 30 de dezembro;
- b) O modelo de intervenção a utilizar na implementação da NOVA ENIPSSA 2025/2030 assenta na centralidade da Pessoa, requer uma perspetiva interdisciplinar e deve basear-se em estruturas comunitárias de proximidade e deve estar “alinhado com os objetivos nacionais e locais dos territórios, bem como a adequação operativa entre as diversas políticas públicas, da saúde, habitação, emprego, proteção social, a nível central, regional e local” tal como referido no anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro;
- c) A implementação da NOVA ENIPSSA 2025/2030 se desenvolve em três eixos estratégicos: A identificação, prevenção e minimização dos fatores de risco associados ao fenómeno da situação de sem-abrigo; A promoção da inclusão social e capacitação para uma cidadania plena; A



- monitorização, avaliação e inovação nas políticas públicas de combate ao fenómeno, nos termos da Parte C do anexo I à Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro;
- d) Integram os órgãos e estrutura da NOVA ENIPSSA 2025/2030, uma Comissão Interministerial (CI), a Coordenação Nacional e respetiva equipa e a nível local os Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), conforme previsto nos pontos 4 e 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro;
- e) Os Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) deverão ser criados, sempre que a dimensão do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo o justifique, no âmbito dos CLAS ou plataformas supraconcelhias e devem ser organizados e geridos de acordo com o definido nos pontos 18, 19 e 20 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro;
- f) Nos termos do previsto na parte C do anexo I à Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro, são objetivos gerais, do Eixo Estratégico n.º 1, 1 - *Identificar e prevenir a entrada na situação de sem-abrigo*; do Eixo Estratégico n.º 2, 1 - *Garantir o acesso a serviços de apoio especializados promovendo a igualdade e combatendo a discriminação*; do Eixo Estratégico n.º 3, 1 - *Implementar um sistema de governação multilateral orientado para a monitorização e avaliação do impacto das políticas públicas no combate ao fenómeno*;
- g) No âmbito do Objetivo Geral 1 do Eixo Estratégico n.º 1, foram indicados, os seguintes objetivos específicos: 1.1 - *Desenvolver abordagens setoriais e locais de identificação precoce dos fatores de risco e a monitorização regular de situações de vulnerabilidade social e habitacional*; 1.2 - *Garantir mecanismos interinstitucionais de monitorização e de avaliação para evitar o retorno à situação de sem-abrigo*; 1.3 - *Promover o trabalho colaborativo, articulado e em rede das entidades e parcerias locais*;
- h) O Objetivo Geral 1 do Eixo Estratégico n.º 2, por sua vez, estabelece, entre outros objetivos específicos: 1.1 - *garantir mecanismos de referênciação, encaminhamento e apoio e de intervenção interinstitucional, céleres e eficazes, priorizando a dignidade e segurança*;
- i) No âmbito do Objetivo Geral 1 do Eixo Estratégico n.º 3, encontra-se previsto o Objetivo Específico 1.3 - *Assegurar a monitorização e avaliação e promover a criação, interoperabilidade e articulação entre sistemas de informação das entidades envolvidas*;
- j) O Plano de Ação da NOVA ENIPSSA, para o biénio 2025/2026, que consta do anexo II à Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro, estabeleceu como ação a desenvolver, no âmbito dos referidos objetivos estratégicos, a implementação do sistema de informação (SI) da ENIPSSA e utilização por todos os NPISA;
- k) O acesso à plataforma pelas Entidades Coordenadoras e pelos Gestores de Caso dos NPISA, ao abrigo das competências que lhes são conferidas pelo ponto 20 da Resolução do Conselho de



Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro, é atribuído nos termos definidos no presente protocolo de parceria;

De acordo com a NOVA ENIPSSA, é celebrado o presente Protocolo de Parceria do Núcleo Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Braga, doravante designado de NPISA de Braga, no âmbito da Rede Social de Braga, que se rege pelas cláusulas seguintes:

### **Cláusula 1.ª**

#### **Objeto**

O presente protocolo tem por objeto:

- a) A definição dos compromissos a assegurar pelas entidades parceiras do NPISA de Braga, na promoção das condições da autonomia e do exercício pleno da cidadania da população em situação de sem-abrigo; e
- b) Definir os termos e condições de acesso e utilização da Plataforma para a Monitorização e Gestão dos Processos das Pessoas em Situação de Sem Abrigo pela respetiva Entidade Coordenadora e pelos Gestores de Caso do NPISA, nos termos das competências que lhes são atribuídas pelo ponto 20 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro.

### **Cláusula 2.ª**

#### **Âmbito geográfico de intervenção**

O NPISA de Braga tem âmbito concelhio, sendo a sua área de intervenção o Município de Braga.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Coordenação**

O NPISA de Braga é coordenado pelo Município de Braga por um período de 5 anos.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Competências da Coordenação**

Compete à Coordenação do NPISA de Braga:

- 1. Assegurar que seja implementado o Modelo de Intervenção e Acompanhamento Integrado preconizado e divulgado pela ENIPSSA, com as adaptações necessárias ao mesmo, tendo em conta as dinâmicas locais;





2. Coordenar as atividades do NPISA de Braga, facilitando a sua implementação e supervisionando a sua execução tendo em conta o definido no n.º 20 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro;
3. Convocar os parceiros do NPISA de Braga, para as reuniões necessárias, propondo a sua ordem de trabalhos e assegurando meios e espaços necessários para a sua realização;
4. Elaborar um Plano de Ação bianual com a colaboração dos parceiros do NPISA de Braga e proceder de acordo com o estipulado na alínea g) do n.º 20 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro;
5. Informar, no prazo máximo de 15 dias, os/as gestores/as de caso e de tarefas dos processos que lhes foram atribuídos pelo NPISA de Braga;
6. Coordenar a discussão de casos em sede do NPISA de Braga;
7. Centralizar toda a informação local relativa às situações e processos de acompanhamento de pessoas sem-abrigo;
8. Monitorizar as intervenções locais em curso junto das pessoas sem-abrigo;
9. Articular com a representação regional dos NPISA em sede da coordenação da ENIPSSA;
10. Articular com entidades externas consideradas relevantes.

### **Cláusula 5.ª**

#### **Competências**

O NPISA de Braga tem como competências:

1. Ao nível do Planeamento e em consonância com os instrumentos de planeamento da Rede Social, a:
  - a. Realização do Diagnóstico local sobre o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, como contributo para o diagnóstico da rede social e base de planificação da sua atividade;
  - b. Identificação e mobilização dos recursos necessários à resolução do problema – sistematização de um guia de recursos local;
  - c. Planificação das atividades nesta área, através da construção de um Plano de Ação, para conjugação de esforços e rentabilização de recursos na resolução do problema;
  - d. Identificação das necessidades de formação das equipas e programação da mesma;
  - e. Efetivação de Relatórios de atividades anuais.
2. Ao nível da Intervenção:
  - a. Coordenar os encontros para análise e atribuição de casos de acordo com os diagnósticos e necessidades apresentadas;



- b. Promover a articulação entre as entidades públicas e privadas visando a conjugação e rentabilização de recursos;
- c. Monitorizar os processos (elaboração de diagnóstico e controlo da execução dos planos individuais de inserção, identificação e gestão de obstáculos);
- d. Assegurar a articulação com equipas de supervisão e avaliação externa;
- e. Promover ações de Sensibilização/Educação da comunidade para as questões da prevenção/ inserção relativamente à população em situação de sem-abrigo;
- f. Contribuir para assegurar a implementação e monitorização da NOVA ENIPSSA 2025-2030, centralizando toda a informação a nível local;
- g. Adotar o modelo de intervenção e acompanhamento integrado definido no âmbito da NOVA ENIPSSA 2025-2030, realizando as adaptações necessárias ao mesmo, tendo em conta as dinâmicas locais e após validação com a Coordenação Nacional;
- h. Utilizar o conceito de pessoa em situação de sem-abrigo adotado no âmbito da NOVA ENIPSSA 2025-2030;
- i. Articular permanentemente com a Coordenação Nacional.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Funcionamento**

1. O NPISA de Braga reúne com periodicidade mensal para a gestão de casos e com periodicidade semestral no âmbito da atualização, monitorização e avaliação do Plano de Ação, podendo ser solicitado pela coordenação, a qualquer momento e em função das necessidades, a realização de reuniões extraordinárias com todos os parceiros, em subgrupos ou com outras entidades privilegiadas.
2. As reuniões do NPISA de Braga realizam-se nas instalações da entidade coordenadora, podendo ser também realizadas nas instalações de qualquer outra entidade parceira, sempre que se considerar pertinente e em função da disponibilidade dos parceiros.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Sistema de informação**

1. O desenvolvimento da Plataforma para Monitorização e Gestão de Processos de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo e o tratamento de dados implicados no seu funcionamento visam a consolidação da abordagem estratégica de prevenção e intervenção, prosseguida pela ENIPSSA.
2. A Plataforma para a Monitorização e Gestão dos Processos das Pessoas em Situação de Sem Abrigo assegura a prossecução das competências do NPISA de Braga.





## **Cláusula 8.ª**

### **Âmbito e contexto do tratamento de dados pessoais na Plataforma**

1. O tratamento de dados pessoais ocorrerá no território continental e na área geográfica dos NPISA de Braga, exclusivamente centrada nas pessoas em situação de sem-abrigo.
3. Os tratamentos de dados pessoais recolhidos junto do titular são referentes à sua situação pessoal e social, no âmbito do modelo de intervenção preconizado pela ENIPSSA.
4. A recolha de dados faz-se por entrevista presencial ou por contacto telefónico com o titular dos dados pessoais, por Técnico Gestor do Caso referenciado pelo Entidade Coordenadora do NPISA de Braga, com a recolha do consentimento informado.
5. Os dados pessoais recolhidos são registados na plataforma pelo Técnico Gestor do Processo, em conformidade com o perfil de acesso atribuído.

## **Cláusula 9.ª**

### **Finalidade do tratamento de dados pessoais**

O tratamento de dados pessoais efetuado na plataforma visa apoiar as intervenções técnicas do NPISA de Braga, de modo a proteger e promover a dignidade da pessoa humana junto das pessoas em situação de sem-abrigo, que precisam de receber apoio diferenciado para que se possa efetivar a igualdade de direitos; e concretizar os objetivos estratégicos de prevenção, intervenção e monitorização do fenómeno.

## **Cláusula 10.ª**

### **Consentimento do titular dos dados**

1. O tratamento de dados pessoais é feito mediante o consentimento livre, específico, informado e inequívoco do respetivo titular ou do seu representante legal, para as finalidades assinaladas na cláusula anterior, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, no artigo 7.º, no artigo 13.º e no artigo 14.º do Regulamento Geral da Proteção de Dados – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como em cumprimento da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, formalizado pelo documento do consentimento informado, constante do Anexo I ao presente o Protocolo e que dele faz parte integrante.
2. Os NPISA ficam obrigados a conservar, pelo período de vigência da ENIPSSA, sem prejuízo do estabelecido na Portaria n.º 182/2020, de 4 de agosto, que aprova o regulamento para a classificação e avaliação da informação produzida no exercício de funções pelos órgãos e entidades integrados no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e a respetiva tabela de seleção evidência documental de que o consentimento foi prestado nos termos previstos no número anterior, e a disponibilizá-lo a qualquer um dos outorgantes do presente protocolo sempre que solicitado.



3. As Entidades Coordenadoras do NPISA, são responsáveis por nomear um EPD, caso ainda não tenha sido nomeado e por garantir ao titular dos dados o direito de informação, acesso, retificação, portabilidade, limitação do tratamento, oposição ou apagamento dos seus dados pessoais, bem como o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem que comprometa a licitude do tratamento entretanto efetuado.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Responsabilidades gerais em matéria de tratamento de dados pessoais**

1. As Entidades parceiras no âmbito da Rede Social de Braga, e que constituem o NPISA de Braga são conjuntamente responsáveis pelo tratamento de dados pessoais conservados na Plataforma. São ainda individualmente responsáveis por assegurar a integridade e confidencialidade de todos os dados pessoais a que acedem e que são recolhidos, no decurso das suas funções no âmbito do NPISA de Braga.
2. As Entidades referidas no número anterior comprometem-se ainda a comunicar, entre si, qualquer violação de dados pessoais que, potencialmente, comprometa a segurança dos mesmos, tais como a transferência, o acesso, a perda, a alteração ou a revelação a terceiros, acidental, não autorizada ou ilícita, nos termos e para os efeitos decorrentes do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados ou do presente Protocolo, ou qualquer incidente que direta ou indiretamente afete, ou seja suscetível de afetar, a confidencialidade, a integridade ou a autenticidade dos dados pessoais, o mais cedo possível em face das circunstâncias e sem demora injustificada.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Atribuição, gestão de acessos e definição de perfis no âmbito da plataforma**

1. A atribuição, a gestão e a definição dos perfis e respetivos níveis de acesso dos utilizadores da Plataforma, bem como sua modificação e inativação, quando necessário, de forma pontual ou periódica é da responsabilidade do Coordenador Nacional da ENIPSSA, mediante a indicação da Entidade Coordenadora do NPISA de Braga.
2. No âmbito do sistema de gestão de utilizadores, a Entidade Coordenadora do NPISA de Braga, deve efetuar os pedidos de atribuição/desativação de Utilizadores de acordo com as funções desempenhadas, e mediante a assinatura do compromisso de confidencialidade constante no Anexo II, atendendo aos seguintes perfis e níveis de acesso:
  - I. Perfil coordenador local – acesso aos dados locais;
  - II. Perfil técnico/gestor de caso – acesso apenas aos dados das pessoas que acompanha; e
  - III. Perfil utilizador diverso – acesso apenas para registo de situações locais sem acesso a dados de saúde;



3. A Entidade Coordenadora do NPISA de Braga deve informar o Coordenador Nacional da ENIPSSA, sem demora injustificada, sobre eventuais alterações a promover sobre os perfis concedidos e colaborar na revisão e atualização, pontual ou periódica, dos acessos à Plataforma.

### **Cláusula 13.ª**

#### **Confidencialidade e proteção de dados**

1. As entidades parceiras obrigam-se a respeitar a confidencialidade dos dados pessoais a que tenham acesso ou que lhes sejam disponibilizados pela ou pelas entidades envolvidas no âmbito da parceria, bem como de todas as informações de carácter pessoal referentes, não os disponibilizando a terceiros.
2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever de confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer outro uso ou tratamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do presente protocolo.
3. Exclui-se do dever de confidencialidade a informação e a documentação que comprovadamente forem do domínio público ou que, por força de lei, contrato, processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas, os signatários estejam obrigados a revelar.
4. Em especial, os signatários obrigam-se:
  - a) A garantir que os todos os colaboradores e outras pessoas que intervenham na parceria respeitem os princípios e as obrigações constantes no RGPD;
  - b) A apagar e/ou destruir todos os dados pessoais que se encontrem na sua posse, bem como todo e qualquer tipo de registo (digital ou em papel) relacionado com esses dados, depois de concluído o objeto do presente protocolo, sem prejuízo dos prazos e procedimentos previstos em Regulamentos Arquivísticos das instituições públicas (centrais ou locais), relativos à conservação dos documentos administrativo.
5. O dever de confidencialidade mantém-se até ao termo ou à cessação, por qualquer causa, do presente protocolo, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidas às pessoas coletivas públicas.

### **Cláusula 14.ª**

#### **Sigilo**

As entidades parceiras e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à parceria e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente protocolo, mesmo após o termo das suas funções.

### **Cláusula 15.ª**



## **Compromissos da BragaHabit**

No âmbito do presente Protocolo, a Bragahabit compromete-se a:

1. Participar nas reuniões do NPISA de Braga destinadas à discussão e avaliação das situações sinalizadas, contribuindo com o conhecimento técnico e operacional relevante para a construção de soluções integradas;
2. Mediar e agilizar os processos no âmbito dos serviços prestados por esta empresa municipal, designadamente na área da habitação, de acordo com os critérios e recursos disponíveis;
3. Assegurar a continuidade da afetação de respostas habitacionais protocoladas, sempre que tal se revele possível e adequado, e colaborar na identificação de soluções habitacionais no quadro dos programas sob gestão da BragaHabit;
4. Disponibilizar informação atualizada sobre as respostas habitacionais, sempre que tal seja solicitado pela Coordenação do NPISA de Braga e no respeito pela legislação de proteção de dados em vigor;
5. Participar na elaboração e implementação dos instrumentos de Planeamento, Diagnóstico Social, Plano de Ação e Relatórios de Atividades do NPISA de Braga, com especial enfoque nos domínios da habitação, inovação social e capacitação;
6. Potenciar, através do Human Power Hub, processos de inovação e empreendedorismo social orientados para a inclusão ativa das pessoas em situação de sem-abrigo, promovendo parcerias entre a sociedade civil, instituições públicas, comunidade empresarial e academia;

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **Compromissos da CAB**

No âmbito do presente Protocolo a CAB, compromete-se a:

1. Participar nas reuniões para discussão e avaliação das situações sinalizadas ao NPISA de Braga;
2. Encaminhamento para as respostas sociais adequadas;
3. Participar na elaboração e implementação dos instrumentos de Planeamento, Diagnóstico Social, Plano de Ação e Relatório de atividades do NPISA de Braga;
4. Articular com as parcerias locais;



5. Assumir a gestão de casos, elaborando, executando e avaliando o Plano Individual de Intervenção em estreita articulação com a pessoa acompanhada e os intervenientes da rede;.
6. Assegurar a permanente atualização e funcionamento da Plataforma de Monitorização e Gestão de Processos de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, garantindo a sua plena operacionalidade e segurança dos dados.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Compromissos do CAFJEC**

No âmbito do presente Protocolo, o CAFJEC compromete-se a:

1. Participar nas reuniões para discussão e avaliação das situações sinalizadas ao NPISA de Braga;
2. Encaminhamento para as respostas sociais adequadas;
3. Participar na elaboração e implementação dos instrumentos de Planeamento, Diagnóstico Social, Plano de Ação e Relatório de atividades;
4. Articular com as parcerias locais.
5. Acolhimento de Jovens com idade compreendida entre os 18 e 30 anos dentro do número máximo de lotação da instituição.
6. Assumir a gestão de casos, elaborando, executando e avaliando o Plano Individual de Intervenção em estreita articulação com a pessoa acompanhada e os intervenientes da rede;.
7. Assegurar a permanente atualização e funcionamento da Plataforma de Monitorização e Gestão de Processos de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, garantindo a sua plena operacionalidade e segurança dos dados.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Compromissos do CSB / Projecto Homem**

No âmbito do presente Protocolo, o CSB / Projeto Homem compromete-se a:



1. Participar nas reuniões para a discussão e avaliação das situações sinalizadas ao NPISA de Braga.
2. Articulação com as parcerias locais;
3. Participar na elaboração e implementação dos instrumentos de Planeamento, Diagnóstico Social, Plano de Ação e relatório de atividades do NPISA de Braga.
4. Promover ações de sensibilização, junto das pessoas sem abrigo, com comportamentos aditivos e dependências, para a importância do tratamento em Comunidade Terapêutica e ocupação de tempos livres no Centro de Dia.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Compromissos do CDSS de Braga**

No âmbito do presente Protocolo o Centro Distrital de Segurança Social de Braga, compromete-se a:

1. Participar nas reuniões para discussão e avaliação das situações sinalizadas ao NPISA de Braga.
2. Colaborar e participar nas atividades do NPISA de Braga no sentido de promover o cumprimento dos objetivos da Estratégia Nacional (ENIPSSA 2025-2030);
3. Acompanhar e colaborar na monitorização (dados estatísticos) ao nível da ENIPSSA, de âmbito distrital;
4. Colaborar em ações de prevenção e intervenção em cenários de exceção, como o acompanhamento e respostas a grupos de migrantes, em situação de extrema vulnerabilidade social;
5. Acompanhamento, monitorização e avaliação dos Protocolos realizados pelo ISS,I.P., designadamente Housing First e Apartamentos Partilhados, em estreita colaboração com o NPISA de Braga, na medida em que operacionalizam os projetos no território.
6. Participar na elaboração e implementação dos instrumentos de Planeamento, Diagnóstico Social, Plano de Ação e relatório de atividades do NPISA de Braga.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Compromissos da CVP – Delegação de Braga**

No âmbito do presente Protocolo a CVP – Delegação de Braga, compromete-se a:





1. Participar nas reuniões para discussão e avaliação das situações sinalizadas ao NPISA de Braga.
2. Encaminhamento para as respostas sociais adequadas;
3. Participar na elaboração dos instrumentos de Planeamento, Diagnóstico Social, Plano de Ação e Relatório de atividades do NPISA de Braga;
4. Articulação com as parcerias locais.
5. Efetuar diagnóstico de Pessoas em situação de sem-abrigo, através da realização de rondas diurnas e noturnas.
6. Ativação da Equipa de Rua e Equipa de Intervenção Social Direta na resposta a sinalizações de Pessoas em situação de sem-abrigo;
7. Assegurar o Acompanhamento Psicossocial das pessoas integradas nas respostas de alojamento: Centro de Alojamento Temporário, Centro de Acolhimento e Emergência Social, Housing First e Apartamentos Partilhados.
8. Assumir a gestão de casos, elaborando, executando e avaliando o Plano Individual de Intervenção em estreita articulação com a pessoa acompanhada e os intervenientes da rede;.
8. Assegurar a permanente atualização e funcionamento da Plataforma de Monitorização e Gestão de Processos de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, garantindo a sua plena operacionalidade e segurança dos dados.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

#### **Compromissos do IEFP, I.P.**

No âmbito do presente Protocolo o IEFP, I.P., através do Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga compromete-se, a:

1. Colaborar com as entidades parceiras que trabalham juntam das pessoas sem-abrigo, na definição do Plano Individual de Intervenção;
2. Inscrever o candidato nos serviços do IEFP, I.P e designar um Técnico Gestor Pessoal, responsável pela elaboração, contratualização e monitorização do Plano Pessoal de Emprego;
3. Reforçar a eficácia e agilidade das pessoas em função das necessidades e perfil do candidato, no âmbito das medidas ativas de emprego e formação profissional e do compromisso dos objetivos definidos;



4. Intervir e acompanhar o itinerário dos candidatos em colaboração com o gestor de caso ou com o Interlocutor Local no âmbito da Rede Social;
5. Promover ações de sensibilização junto das entidades empregadoras e da comunidade para a importância da integração socioprofissional das pessoas em situação de sem-abrigo;
6. Contribuir para assegurar a implementação e monitorização da ENIPSSA.
7. Participar na elaboração dos instrumentos de Planeamento, Diagnóstico Social, Plano de Ação e Relatório de atividades do NPISA de Braga;

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

#### **Compromissos do ICAD**

No âmbito do presente Protocolo, o ICAD compromete-se a:

1. Participar nas reuniões para discussão e avaliação das situações sinalizadas ao NPISA de Braga;
2. Avaliação e Intervenção em CAD através da avaliação inicial e intervenção posterior junto das PSSAS sinalizadas ao NPISA de Braga, enquanto utentes do CRI, beneficiando de todas as respostas específicas existentes em CAD, conforme indicação clínica;
3. Participar na elaboração dos instrumentos de Planeamento, Diagnóstico Social, Plano de Ação e Relatório de atividades do NPISA de Braga;
4. Capacitação e Formação da Equipa do NPISA de Braga: Promover formações e workshops para a equipa em temas relacionados com os comportamentos aditivos e dependências, com ou sem substância, de acordo com a disponibilidade possível;
5. Potenciação de circuitos facilitadores de referenciação especializada - Potenciar circuitos de comunicação efetivos de proximidade com outras entidades no domínio da saúde mental, para situações de comorbilidade identificada de patologia psiquiátrica em pessoas com CAD, com suporte ao nível da gestão de situações de crise que necessitem de estabilização clínica em estrutura de internamento, agudo ou prolongado, em que as respostas em ambulatório não são suficientes;
6. Participar na implementação das medidas definidas no plano de Ação;



7. Apoio na monitorização do fenómeno das Pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA), no concelho de Braga, que apresentem comportamentos aditivos e dependências, com ou sem substância.

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

##### **Compromissos da PSP**

No âmbito do presente Protocolo, a PSP compromete-se, a:

1. Participar na intervenção articulada entre as equipas da Saúde Pública, das Forças de Segurança e outras entidades parceiras para minimizar os riscos de saúde pública.
2. Cooperar, no âmbito das competências que lhe estão legalmente atribuídas, integrando nos seus planos de ação as atividades que permitam garantir as condições necessárias à implementação da Estratégia a nível local, com vista à persecução dos seus objetivos;
3. Colaborar na sinalização de pessoas em situação de sem-abrigo;
4. Acompanhar as equipas de rua quando necessário e julgado conveniente, através das Equipas MIPP.
5. Participar na elaboração dos instrumentos de Planeamento, Diagnóstico Social, Plano de Ação e Relatório de atividades do NPISA de Braga;

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Compromissos da ULS**

No âmbito do presente Protocolo, a ULS compromete-se, a:

1. Participar nas reuniões destinadas à discussão e avaliação das situações sinalizadas ao NPISA de Braga, de acordo com os protocolos de intervenção instituídos na ULS;
2. Participar na elaboração dos instrumentos de Planeamento, Diagnóstico Social, Plano de Ação e Relatório de Atividades, nas áreas que competem à ULS;
3. Facilitar e mediar o acesso dos cidadãos em situação de sem-abrigo aos Cuidados de Saúde Primários e Hospitalares.

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

##### **Adesão de novos parceiros**

1. Podem aderir, por convite ou candidatura, outras entidades que se considerem relevantes e ou especialistas de manifesto interesse para o desenvolvimento da intervenção junto das pessoas em situação de sem-abrigo.



2. A adesão das entidades deve ser expressa em adenda ao presente protocolo, a qual faz parte integrante do mesmo, identificando os termos da parceria e compromissos a assumir no âmbito da presente parceria.

#### **Cláusula 26.ª**

##### **Revisão**

1. O presente protocolo poderá ser, total ou parcialmente, revisto, por acordo expresso das entidades parceiras, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições técnico-legais em que se baseou a sua celebração;
  - b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.
3. Os ajustamentos mencionados no número anterior carecem sempre de justificação/fundamentação e não podem alterar de forma significativa o protocolado entre os presentes outorgantes.

#### **Cláusula 27.ª**

##### **Cessação**

1. O presente protocolo pode ser denunciado, por motivos devidamente justificados/ fundamentados, por qualquer das entidades parceiras, mediante comunicação escrita remetida à Coordenação do NPISA de Braga, com a antecedência mínima de 60 dias relativamente ao termo do seu prazo.
2. O presente protocolo pode cessar, a todo o tempo, se os Outorgantes, por escrito e de comum acordo, expressamente assim o decidirem.

#### **Cláusula 28.ª**

##### **Disposições Finais**

1. Todas as dúvidas resultantes da interpretação, aplicação ou execução do presente protocolo, bem como da integração de lacunas, serão resolvidas por acordo entre as partes.
2. Por acordo das partes poderão introduzir-se novas cláusulas e/ou alterações as já existentes, mediante a outorga de Adendas adicionais ao presente protocolo.

#### **Cláusula 30.ª**

##### **Vigência**

O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e é válido pelo período de 5 anos, considerando-se automática e sucessivamente renovável por iguais períodos, salvo se qualquer das entidades parceiras apresentar à Coordenação do NPISA de Braga, a respetiva denúncia do protocolo nos termos do disposto na Cláusula 27.ª.



O presente protocolo é celebrado aos 28 dias, do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, que vai ser rubricado e assinado pelos parceiros outorgantes, ficando um exemplar na posse de cada um dos mesmos.

Braga, 28 de maio de 2025

Município de Braga

Bragahabit, E.M

-----  
Ricardo Rio

-----  
Carlos Videira

Cáritas Arquidiocesana de Braga

Centro de Formação Jovens em Caminhada

-----  
João Costa Nogueira

-----  
José Manuel Ferraz Alves

Centro de Solidariedade de Braga /Projeto  
Homem

Centro Distrital de Segurança Social de Braga

-----  
Guilherme Meneses

-----  
João Ferreira

Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga

Instituto do Emprego e Formação Profissional,  
I.P.

-----  
Júlio Manuel Faceira Guedes

-----  
César Ferreira



Instituto para os Comportamentos Aditivos e as  
Dependências, I.P.

Polícia de Segurança Pública

-----  
Maria João Rafael Santos

-----  
Sérgio Soares

Unidade Local de Saúde de Braga, E.P.E .

-----  
Américo Afonso





## ANEXO I

### Declaração de Consentimento Informado

Eu, \_\_\_\_\_, com documento de identificação (CC / BI / Passaporte / Outro. Qual \_\_\_\_\_) n.º \_\_\_\_\_, com data de \_\_\_\_\_, emitido em \_\_\_\_\_, declaro que fui esclarecido sobre as características e procedimentos dos Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), nos termos do Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD).

Declaro, ainda, que fui informado(a) das seguintes questões:

#### 1. Que dados são recolhidos e tratados

Os dados pessoais recolhidos são os estritamente necessários à constituição do processo individual de acompanhamento e compreendem dados de identificação, dados do agregado familiar, informação da sinalização, dados de educação e empregabilidade, dados da sustentabilidade financeira, dados de saúde, caso aplicável, e informações sobre a rede de suporte informal e rede de suporte formal / institucional.

O tratamento de dados é necessário ao exercício das funções de interesse público na prossecução da proteção social, sendo realizado em conformidade com as respetivas obrigações jurídicas previstas na lei, com garantias de privacidade e não discriminação.

#### 2. Finalidades da recolha dos dados

Os dados pessoais recolhidos são tratados apenas para a finalidade de intervenção junto das pessoas em situação de sem-abrigo e para permitir ao NPISA Braga a definição da intervenção/apoio social ajustado à situação.

Face ao objetivo da proteção social será, por vezes, necessária a devida articulação com outras Entidades públicas e privadas, para as finalidades estritamente para o acompanhamento do processo individual.

Os dados poderão ser utilizados de forma anonimizada, impossibilitando a identificação dos respetivos titulares, em estudos estatísticos promovidos pela Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-abrigo.

#### 3. Responsável pelo tratamento dos dados pessoais

O NPISA de Braga é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais.

#### 4. Tratamento e armazenamento dos dados pessoais

Os dados pessoais recolhidos são armazenados na Plataforma e compreendem o registo e atualização de processo individual.



## 5. Direitos do titular dos dados pessoais

O titular dos dados tem o direito de acesso, direito de retificação, direito de apagamento, direito de limitação do tratamento, direito de portabilidade, direito de oposição, podendo a qualquer momento:

- Aceder e consultar pessoalmente a informação que me diz respeito, ou através de representante legal.
- Solicitar ao responsável pelo tratamento a correção ou atualização dos dados pessoais o a respetiva retificação.
- Solicitar o apagamento dos seus dados pessoais, salvo quando a sua conservação seja exigida por legislação.
- Retirar o consentimento relativamente ao tratamento efetuado dos seus dados pessoais, a todo tempo, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado até então.

## 6. Procedimento para o exercício dos direitos

Para exercer os seus direitos deverá dirigir a sua pretensão ao NPISA de Braga através do email [rede.social@cm-braga.pt](mailto:rede.social@cm-braga.pt).

Caso assim o entenda, poderá, ainda, apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

## 7. Conservação dos seus dados pessoais

Os dados serão conservados pelo período de tempo necessário ao cumprimento das finalidades previstas no ponto 2., da presente declaração.

Para os devidos efeitos, declaro que a informação que forneço é correta e verdadeira, e autorizo o NPISA de Braga a efetuar a sua recolha, utilização, registo e tratamento, realizados no âmbito do processo individual.

☐

Por ser verdade, dato e assino a presente declaração.

\_\_\_\_\_ (localidade), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura declarante conforme documento de identificação/ ou representante legal<sup>1</sup>)

<sup>1</sup> Para efeitos de assinatura pelo representante legal, a mesma apenas poderá ser efetuada mediante a apresentação de documento comprovativo, ou seja, de cópia de sentença judicial de interdição / inabilitação.



## Anexo II

### Compromisso de Confidencialidade

Eu, abaixo assinado, [Nome Completo], portador/a do Cartão de Cidadão n.º [N.º do documento de identificação], tendo acesso a informação confidencial no âmbito do exercício das minhas funções e utilização da plataforma de monitorização e gestão de processos de pessoas em situação de sem-abrigo, obrigo-me e garanto a não transmitir a terceiros, nem licenciar, explorar comercialmente, aceder indevidamente ou fazer qualquer outro uso da mesma, em qualquer circunstância.

Considera-se "Informação Confidencial" toda a informação transmitida ou a que venha a ter acesso em virtude do exercício das minhas funções. Informação Confidencial compreende também toda a informação relativa a dados pessoais, ou seja, qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável. Para este efeito, entende-se por identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

Não é considerada Informação Confidencial:

- a) Informação que era do domínio público no momento da sua emissão;
- b) Informação Confidencial que se tenha tornado pública, depois de revelada pelo emissor, devido à sua publicação ou outras circunstâncias, sem que o recetor tenha violado o seu dever de confidencialidade;
- c) Informação que, no momento da emissão, já estivesse na posse do recetor, e que não tivesse sido direta ou indiretamente obtida através do emissor, desde que o recetor, imediatamente após a conhecer, informe o emissor do seu prévio conhecimento;
- d) A informação que se admita, por autorização expressa e escrita, poder ser divulgada a terceiros.

Na dúvida sobre a classificação de qualquer informação como Informação Confidencial deve o subscritor do presente Compromisso considerar que está perante informação desta natureza.

Em consequência, declaro ter tomado integral conhecimento do presente Compromisso de Confidencialidade, por via do qual expressamente me obrigo a:

- a) Cumprir, em matéria de regras de segurança, confidencialidade e sigilo profissional o disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados



personais e à livre circulação desses dados ("RGPD"), da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD, bem como demais legislação aplicável;

- b) Aceder unicamente a ficheiros contendo dados mediante autorização dos titulares dos dados, concedida de forma casuística e pontual e na estrita e exclusiva medida do necessário à execução da prestação dos serviços, comprometendo-me, ainda, a cumprir rigorosamente todas as obrigações que emergem do RGPD;
- c) Cumprir todas as condições legalmente exigíveis para garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que as operações de tratamento apresentem e à natureza dos dados a proteger, nomeadamente contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão, o acesso não autorizados ou qualquer outra forma de tratamento;
- d) Guardar segredo sobre os códigos de acesso ao sistema informático (*user* atribuído e respetiva *password*), a tomar todas as medidas adequadas a permitir a sua segurança e, a não permitir a sua utilização por terceiros, nomeadamente, a não registar os códigos sob forma que possa ser inteligível ao acessível a terceiros, e responsabilizar-me por qualquer utilização indevida dos mesmos e, conseqüentemente, pelos prejuízos causados às entidades responsáveis pela plataforma, decorrentes das operações que tal utilização cause;
- e) Comunicar à Entidade Coordenadora do NPISA de Braga qualquer fuga de informação ou incidente de violação de dados pessoais, sem demora injustificada, contadas do respetivo conhecimento.

Declaro ainda que mantereirei o sigilo a que ora me obrigo, de acordo com os termos legais em vigor, sobre qualquer informação relativa às entidades responsáveis plataforma e/ou seus Clientes, ao seu negócio a que tenha tido acesso no desempenho das minhas funções, mesmo para além do termo das mesmas. Mais declaro que, tendo conhecimento da natureza confidencial das informações a que possa ter acesso, aceito e comprometo-me a cumprir as condições que aqui se contêm.

(Local), (dia) de (mês) de 20XX.

O Utilizador

